

## **PDM CASTRADOR – A PEDRA NO SAPATINHO QUE O EXECUTIVO SOCIALISTA DEIXA A TODOS OS CAMINHENSES NESTE NATAL**

### 380 reclamações mostram a indignação da população perante a imposição deste PDM

O PS aprovou com a sua maioria, contra os votos do PSD, um Plano Diretor Municipal que será castrador e prejudicará gravemente centenas e centenas de famílias, afastando nitidamente o aparecimento de possíveis investidores.

O Plano Diretor Municipal é o mais importante instrumento de gestão de um município porque ali se plasmam e efetivam as estratégias definidas para um concelho, em termos de ordenamento do território.

Consciente do seu papel de principal partido da oposição, em coerência com a sua postura de oposição responsável e construtiva, o PSD não se alheou do procedimento de consulta pública da Revisão do PDM e participou, apresentando o seu contributo que continha uma apreciação global dos documentos e várias sugestões que, no nosso entendimento, podiam contribuir para melhorar a proposta. Infelizmente o PS decidiu não incluir nenhuma das propostas do PSD, impondo assim um PDM do qual são inteiramente responsáveis.

380 reclamações de munícipes são o reflexo de um documento que será castrador e afetará gravemente as famílias do concelho.

Foi aprovado um PDM que será uma oportunidade perdida para promover e concretizar um novo rumo estratégico para o concelho, sendo em alguns aspectos, um enorme retrocesso.

Para agravar tudo isto é um PDM atentatório do património imobiliário de centenas e centenas de caminhenses que será fortemente desvalorizado.

Este documento frustra as expectativas e até direitos adquiridos de muitos cidadãos. Reconhecemos que compete ao Município o direito e a iniciativa do planeamento, mas nunca sobre os direitos e justas aspirações das pessoas, com base em critérios discricionários, sem equidade e sem transparência.

Como é possível justificar retirar de solo urbano terrenos servidos por infraestruturas e incluir outros que não as possuem? Pedras no sapatinho para uns e prendas para outros?

O PSD tentou que várias sugestões fossem incluídas para minimizar o impacto deste PDM sobre o território mas a maioria socialista não aceitou nenhuma proposta.

Das dezenas de propostas que estavam plasmadas no nosso documento, destacamos :

- A aquisição de terrenos junto aos nós da A28 para poder criar pólos industriais competitivos promovendo assim a criação de emprego. – **NÃO FOI ACEITE**

- Reclassificação para Espaços de Actividades Económicas toda a área das antigas pedreiras, em Vila Praia de Âncora, junto à rotunda de acesso à A28, por dispor de excelente localização e acessibilidade. – **NÃO FOI ACEITE**

- Reformulação, com sentido de responsabilidade e sensibilidade social a questão do ordenamento, para que se atenuie esta discriminação, sem sentido, entre as freguesias do interior e as do litoral. Assim, propusemos que fossem repostos todos os espaços urbanos e urbanizáveis, em todos os locais dotados de infraestruturas e que fossem revistos os zonamentos das freguesias do interior, de modo a reclassificar como solo urbano, aglomerados urbanos e espaços que já estejam dotados de infraestruturas. – **NÃO FOI ACEITE**

- Acessibilidades compatíveis com um concelho que se quer desenvolvido. Praticamente o PDM é omissivo nesta matéria e não prevê a criação de novas vias. Tem um grande significado político o esquecimento da ponte internacional. É um exemplo flagrante de falta de ambição e resignação ao fatalismo. **NÃO FOI ACEITE**

- Revisão profunda dos terrenos que foram desclassificados, com enfoque principal naqueles que estão já infraestruturados, de modo a revertê-los à sua condição anterior. Revisão em alta de todos os índices de edificabilidade, nas várias categorias de Solo Rústico, de modo a criar condições reais para que as pessoas possam construir moradias nos seus terrenos que são, na sua maioria, pequenas propriedades. Revisão em alta dos índices de edificabilidade, nas categorias de Solo Rústico, no que se refere a empreendimentos turísticos e outras actividades económicas, pois o que está proposto é extremamente redutor e inviabiliza e desincentiva o aparecimento de pequenos e médios negócios que criem emprego e fixem pessoas. **NÃO FOI ACEITE**

Resumindo, este executivo socialista determinou que fosse reduzida a capacidade construtiva de terrenos em zonas de construção consolidadas assim como a sua capacidade de impermeabilização, ou seja, reduziu duas vezes os direitos e o valor dos terrenos!

Loteamentos já aprovados também viram a sua capacidade de construção reduzida.

O PS ignorou os direitos das populações e das famílias que detinham um pequeno terreno para dividir pelos filhos com o intuito de construírem casa ou investir e pura e simplesmente, reduzem a capacidade de construção.

O PSD procurou sensibilizar o atual executivo para as situações mais injustas que esta proposta de revisão do PDM evidencia, mas não ouviram o PSD porque não querem dialogar de forma responsável e limitam a discussão política ao insulto gratuito e não se preocupam com os anseios das populações.

**Um verdadeiro tornado prepara-se para arrasar o concelho de Caminha** e o PSD nada pode fazer contra a vontade de uma maioria autoritária e ditadora de vontades, que se acha com o direito de retirar às pessoas direitos adquiridos com os seus terrenos apenas *“porque lhes apetece”*.

Não há lei, nem regra que obrigue este executivo a impor este PDM à população senão a sua obsessão ideológica e cegueira política, que se encontra acima do interesse da população do concelho.

CPS- PSD Caminha